



Simulado Final

TRF 4

**Analista Judiciário - Especialidade
Oficial de Justiça Avaliador Federal
Pós-Edital**

Simulado

Simulado Final TRF-4 (Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador Federal)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador Federal do TRF-4**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/DLZaoUR5bXtcXUBp9>

01 - A B C D E	11 - A B C D E	21 - A B C D E	31 - A B C D E	41 - A B C D E
02 - A B C D E	12 - A B C D E	22 - A B C D E	32 - A B C D E	42 - A B C D E
03 - A B C D E	13 - A B C D E	23 - A B C D E	33 - A B C D E	43 - A B C D E
04 - A B C D E	14 - A B C D E	24 - A B C D E	34 - A B C D E	44 - A B C D E
05 - A B C D E	15 - A B C D E	25 - A B C D E	35 - A B C D E	45 - A B C D E
06 - A B C D E	16 - A B C D E	26 - A B C D E	36 - A B C D E	46 - A B C D E
07 - A B C D E	17 - A B C D E	27 - A B C D E	37 - A B C D E	47 - A B C D E
08 - A B C D E	18 - A B C D E	28 - A B C D E	38 - A B C D E	48 - A B C D E
09 - A B C D E	19 - A B C D E	29 - A B C D E	39 - A B C D E	49 - A B C D E
10 - A B C D E	20 - A B C D E	30 - A B C D E	40 - A B C D E	50 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/xfq3>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas*

O princípio da gravidade psíquica. — Além de ser um dos pais do computador e da computação digital, formulador das bases matemáticas da física quântica, criador da teoria dos jogos e pioneiro da nanotecnologia, o matemático e físico húngaro-americano John von Neumann participou ativamente do desenvolvimento da bomba de plutônio no Projeto Manhattan no início dos anos 1940. Terminada a Segunda Guerra Mundial, Von Neumann se engajou numa campanha visando conter a corrida armamentista e evitar a ameaça de uma guerra atômica. Sua principal — e altamente controversa — proposta era a tese de que os Estados Unidos deveriam fazer um ataque nuclear preventivo contra a União Soviética antes que os russos pudessem ter o seu próprio arsenal atômico. A lógica do raciocínio era um cálculo hipotético: a quantidade de russos civis mortos no ataque (presumivelmente na casa dos milhões) seria ainda assim inferior ao número de cidadãos ocidentais “poupados” pela prevenção de um gigantesco e inevitável holocausto nuclear. A proposta não foi acolhida. Anos depois, em 1955, Von Neumann foi diagnosticado com câncer (causado, talvez, pela exposição à radiação de isótopos de plutônio) e ficou profundamente abalado diante da perspectiva da morte. Sua filha, Marina, intrigada, interpelou-o. “Quando ele soube que estava morrendo e ficou muito perturbado”, ela relata, “eu fui questioná-lo uma vez dizendo: ‘Você contemplou com serenidade o extermínio de milhões de pessoas e, no entanto, não é capaz de lidar com sua própria morte!’.” E ele: “Mas isso é totalmente diferente!”. — Eis um exemplo incomparável do *princípio da gravidade psíquica*, enunciado por Adam Smith em fórmula lapidar: “Cada pessoa pode ser o centro do universo para si mesma, mas para o restante da humanidade ela não passa de uma parte insignificante dele”.

(Fonte: Eduardo Giannetti. *Imortalidades*. Ed. Companhia das Letras. 2025)

1. Com base no texto, a ideia de John von Neumann de um ataque nuclear preventivo tinha como fundamento:
 - a) o anseio de pôr um fim à corrida armamentista entre as potências durante a Guerra Fria.
 - b) as experiências adquiridas durante sua participação no Projeto Manhattan em 1940.
 - c) a premissa de que a União Soviética estava aquém no desenvolvimento de seu próprio arsenal nuclear.
 - d) o cálculo do número de vidas a serem poupadas em comparação com aquelas perdidas.
 - e) a necessidade de provar a superioridade bélica dos Estados Unidos sobre a União Soviética.

2. Ao citar o princípio da gravidade psíquica, de Adam Smith, o autor do texto está considerando que
 - a) os intelectuais apresentam uma inconsistência moral diante das consequências de suas ideias.
 - b) o egocentrismo humano dificulta a construção de soluções que beneficiem a todos.
 - c) cada pessoa dá mais importância aos eventos que a afetam diretamente do que àqueles que afetam os outros.
 - d) a racionalidade científica conduz ao desprezo pela vida de milhões de pessoas perdidas.
 - e) os indivíduos não conseguem compreender questões que vão além de sua própria percepção.

3. O termo sublinhado no trecho *A lógica do raciocínio era um cálculo hipotético* pode ser substituído, sem prejuízo para as relações de sentido estabelecidas no contexto, por:
 - a) ideal.
 - b) verdadeiro.
 - c) incontestável.
 - d) imparcial.
 - e) conjectural.

4. Na frase *Sua principal - e altamente controversa - proposta era a tese de que os Estados Unidos deveriam fazer um ataque nuclear preventivo contra a União Soviética*, a oração sublinhada complementa o sentido de um

- a) substantivo, e pode ser substituída por um adjetivo.
- b) verbo, e pode ser substituída por um substantivo.
- c) substantivo, e pode ser substituída por um substantivo.
- d) verbo, e pode ser substituída por um advérbio.
- e) substantivo, e pode ser substituída por um advérbio.

5. Em “*Sua principal — e altamente controversa — proposta era a tese de que os Estados Unidos deveriam fazer um ataque nuclear preventivo contra a União Soviética antes que os russos pudessem ter o seu próprio arsenal atômico*”, o futuro do pretérito, no contexto apresentado, foi usado para referir:

- a) uma situação hipotética, associada a uma condição que, se não for cumprida, pode impedir sua realização.
- b) um fato passado, anterior a outro fato também ocorrido no passado.
- c) um fato futuro em relação ao momento presente.
- d) uma situação hipotética que não se realizará no futuro.
- e) um fato concluído no passado indeterminado.

6. “*antes que os russos pudessem ter o seu próprio arsenal atômico*”

No contexto em que se encontra, o elemento sublinhado expressa ideia de:

- a) temporalidade.
- b) causa.
- c) comparação.
- d) condição.

e) concessão.

7. Há manifesta oposição de sentido entre as expressões

- a) *participou ativamente do desenvolvimento da bomba // Von Neumann se engajou numa campanha*
- b) *fazer um ataque nuclear preventivo // prevenção de um gigantesco e inevitável holocausto nuclear*
- c) *os russos pudessem ter o seu próprio arsenal atômico // e altamente controversa*
- d) *conter a corrida armamentista // lógica do raciocínio*
- e) *centro do universo para si mesma // uma parte insignificante dele*

8. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- a) *Costumam adaptar-se às estratégias de defesa do ego o mecanismo de preservação da autoimagem.*
- b) *Evocavam-se, entre as tragédias gregas, o mito de Narciso como um alerta contra a vaidade.*
- c) *Em nada contribuem para superar os obstáculos de um relacionamento a falta de diálogo.*
- d) *Não importa para quem queira saber a verdade em um debate as opiniões preconcebidas.*
- e) *Constituem-se ao mesmo tempo a causa e a solução de muitos dos problemas contemporâneos.*

O princípio da gravidade psíquica. — Além de ser um dos pais do computador e da computação digital, formulador das bases matemáticas da física quântica, criador da teoria dos jogos e pioneiro da nanotecnologia, o matemático e físico húngaro-americano John von Neumann participou ativamente do desenvolvimento da bomba de plutônio no Projeto Manhattan no início dos anos 1940. Terminada a Segunda Guerra Mundial, Von Neumann se engajou numa campanha visando conter a corrida armamentista e evitar a ameaça de uma guerra atômica. Sua principal — e altamente controversa — proposta era a tese de que os Estados Unidos deveriam fazer um ataque nuclear preventivo contra a União Soviética antes que os russos pudessem ter o seu próprio arsenal atômico. A lógica do raciocínio era um cálculo hipotético: a quantidade de russos civis mortos no ataque (presumivelmente na casa dos milhões) seria ainda assim inferior ao número de cidadãos ocidentais “poupados” pela prevenção de um gigantesco e inevitável holocausto nuclear. A proposta não foi acolhida. Anos depois, em 1955, Von Neumann foi diagnosticado com câncer (causado, talvez, pela exposição à radiação de isótopos de plutônio) e ficou profundamente abalado diante da perspectiva da morte. Sua filha, Marina, intrigada, interpelou-o. “Quando ele soube que estava morrendo e ficou muito perturbado”, ela relata, “eu fui questioná-lo uma vez dizendo: ‘Você contemplou com serenidade o extermínio de milhões de pessoas e, no entanto, não é capaz de lidar com sua própria morte!’.” E ele: “Mas isso é totalmente diferente!”. — Eis um exemplo incomparável do *princípio da gravidade psíquica*, enunciado por Adam Smith em fórmula lapidar: “Cada pessoa pode ser o centro do universo para si mesma, mas para o restante da humanidade ela não passa de uma parte insignificante dele”.

(Fonte: Eduardo Giannetti. *Imortalidades*. Ed. Companhia das Letras. 2025)

9. ... os Estados Unidos deveriam fazer um ataque nuclear preventivo contra a União Soviética...

Transpondo-se o segmento para a voz passiva analítica, a forma verbal resultante seria:

- a) devia ser feito
- b) dever-se-ia fazer.
- c) era devido.
- d) seria devido.

e) deveria ser feito.

10. ... cidadãos ocidentais “poupados” pela prevenção de um gigantesco e inevitável holocausto nuclear....

Assinale a alternativa em que o termo sublinhado exerça a mesma função sintática do destacado acima.

- a) John von Neumann participou ativamente do desenvolvimento da bomba de plutônio
- b) “Cada pessoa pode ser o centro do universo para si mesma
- c) “Mas isso é totalmente diferente!”.
- d) “Quando ele soube que estava morrendo e ficou muito perturbado”
- e) Von Neumann foi diagnosticado com câncer

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Géssica Ehle

11. A partir do texto da Lei nº 10.098/2000, sobre acessibilidade, as barreiras existentes nos edifícios públicos e privados, são classificadas como:

- a) atitudinais
- b) de informações.
- c) arquitetônicas.
- d) de comunicações.
- e) urbanísticas

12. Determinado município do Rio Grande do Sul está desenvolvendo um projeto para a colocação e placas com informações sobre as ruas da cidade junto às áreas de passeio. Considerando que o projeto contempla instalação em vários pontos da cidade, nos termos da Lei nº 10.098/2000, tem-se que

- a) por representar risco às pessoas com deficiência, ou com mobilidade reduzida, não poderá sair do papel
- b) trata-se de elemento de urbanização, que deve ser reservado aos espaços fechados, como salas e museus, onde poderão ser expostos
- c) por oferecerem risco de acidente à pessoa com deficiência, deverão ser indicadas mediante sinalização tátil de alerta no piso, de acordo com as normas técnicas pertinentes.
- d) deverão ser indicadas por um sinal suave e intermitente e sem estridência, de acordo com as normas técnicas pertinentes.
- e) poderão ser dispostas pelas vias se acompanhadas de qualquer tipo de mecanismo que sirva de guia ou orientação para a pessoa com deficiência.

13. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei n. 13.146/2015, estabelece que os hotéis, pousadas e similares devem ser construídos observando-se os princípios do desenho universal, além de adotar todos os meios de acessibilidade, deverão disponibilizar, pelo menos, 10% (dez por cento) de seus dormitórios acessíveis, garantida, no mínimo, 1 (uma) unidade acessível. Contudo, caso haja impossibilidade técnica decorrente de riscos estruturais da edificação, o hotel

- a) terá infringido o Estatuto e estará sujeito à interdição até que promova as adaptações razoáveis necessárias
- b) deverá promover adaptações razoáveis, pois a acessibilidade é regra que não comporta exceções em nenhum caso
- c) deverá promover ajustes pelo desenho universal

- d) precisará regularizar sua situação, ou poderá sofrer pena de multa e fechamento da unidade
- e) será dispensado da exigência quanto ao número de dormitórios mediante comprovação por laudo técnico estrutural, que deverá ser renovado a cada 5 (cinco) anos.

14. A Resolução 401/2021 dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão. Nos termos da Resolução, a avaliação da deficiência de servidores(as) e magistrados(as), quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, e realizada

- a) uma única vez, em regra
- b) a cada ano, não podendo ser dispensada em hipótese alguma
- c) a cada dois anos, podendo ser dispensada por equipe multidisciplinar
- d) a cada três anos, podendo ser estendida mediante requerimento
- e) a cada cinco anos, podendo ser estendida ou dispensada, a critério da equipe multidisciplinar

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E INOVAÇÃO*Emannuelle Gouveia*

15. No contexto do Design Thinking, a fase de “Definição” (Define) tem como principal objetivo:

- a) Coletar o maior número possível de ideias sem julgamentos para fomentar a criatividade da equipe.
- b) Produzir protótipos tangíveis que permitam a validação prática de hipóteses geradas na etapa anterior.
- c) Formular um problema ou desafio claro e orientado pelo ponto de vista do usuário, com base nos dados coletados na fase de empatia.
- d) Implementar a solução definida, realizando ajustes iterativos com base no feedback dos usuários finais.
- e) Reunir dados quantitativos sobre o mercado para projetar tendências de consumo e calcular viabilidade econômica.

16. Sobre o conceito de IA Responsável, marque a alternativa correta:

- a) IA Responsável é aquela que busca apenas maximizar a eficiência e a lucratividade dos sistemas de inteligência artificial, independentemente dos impactos sociais.
- b) IA Responsável envolve o desenvolvimento e uso de sistemas de IA de forma ética, transparente e justa, considerando aspectos como segurança, privacidade, não discriminação e respeito aos direitos humanos.
- c) IA Responsável significa aplicar técnicas de machine learning sem necessidade de monitoramento ou supervisão humana, pois a tecnologia é autossuficiente.
- d) IA Responsável refere-se exclusivamente ao uso de IA em aplicações militares para aumentar a segurança nacional, não se aplicando a outros setores.

e) IA Responsável consiste em impedir totalmente o uso de IA em qualquer atividade econômica, por representar riscos inaceitáveis à sociedade.

17. Sobre os Modelos de Linguagem de Grande Escala (Large Language Models – LLMs), marque a alternativa correta:

- a) LLMs são algoritmos simples de processamento de texto que funcionam apenas com dicionários de palavras fixos, sem qualquer capacidade de aprendizado.
- b) LLMs operam exclusivamente em dados estruturados, como tabelas e bancos de dados relacionais, não sendo capazes de lidar com linguagem natural.
- c) LLMs são redes neurais treinadas com grandes volumes de texto, capazes de gerar, resumir, traduzir e responder perguntas em linguagem natural.
- d) LLMs foram projetados exclusivamente para tarefas de reconhecimento de imagens, sem aplicação no processamento de texto.
- e) LLMs só podem ser utilizados em dispositivos offline, pois não requerem atualizações constantes nem dependem de grandes infraestruturas computacionais.

SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE*André Rocha*

18. A Resolução CNJ nº 433/2021 institui a Política Nacional do Poder Judiciário para o Meio Ambiente. Sobre essa norma, assinale a alternativa correta acerca das atribuições dos magistrados.

- a) Veda-se que os recursos oriundos de prestações pecuniárias vinculadas a crimes ambientais sejam direcionados a entidades privadas.
- b) A pena de prestação de serviços à comunidade dirigida à pessoa física como sujeito ativo dos crimes ambientais consistirá, prioritariamente, em atividades relacionadas à indenização à vítima ou a entidade com fim social.
- c) Na condenação por dano ambiental, faculta-se ao magistrado considerar o impacto desse dano na mudança climática global, os danos difusos a povos e comunidades atingidos e o efeito dissuasório às externalidades ambientais causadas pela atividade poluidora.
- d) Os magistrados podem considerar as provas produzidas exclusivamente por sensoriamento remoto ou obtidas por satélite no acervo probatório das ações judiciais ambientais.
- e) O magistrado, ao constatar indícios de fraude, sobreposição de terras ou irregularidade em cadastros, sistemas ou bases de dados referentes a recursos naturais ou à titularidade de terras, deve, de ofício, instaurar processo penal em face do infrator.

19. A Resolução nº 709, de 1º de junho de 2021, do Conselho da Justiça Federal (CJF), dispõe sobre a Política de Sustentabilidade da Justiça Federal (PSJF). São instrumentos e mecanismos de implementação, monitoramento e avaliação dessa Política, exceto:

- a) Plano de Logística Sustentável.
- b) Manual de Sustentabilidade nas Compras e Contratos.
- c) Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável.

d) Plano Anual de Contratações dos órgãos da Justiça Federal.

e) Incentivos econômicos e tributários.

20. A Lei nº 12.187/2009 institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e estabelece seus princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos. Sobre tal norma, analise os itens a seguir.

I – Vulnerabilidade é o grau de suscetibilidade e incapacidade de um sistema, em função de sua sensibilidade, capacidade de adaptação, e do caráter, magnitude e taxa de mudança e variação do clima a que está exposto, de lidar com os efeitos adversos da mudança do clima, entre os quais a variabilidade climática e os eventos extremos.

II – A PNMC e as ações dela decorrentes devem observar os princípios da precaução, da prevenção, da participação cidadã, do desenvolvimento sustentável e o das responsabilidades compartilhadas no âmbito nacional.

III - As instituições financeiras oficiais devem disponibilizar linhas de crédito e financiamento específicas para desenvolver ações e atividades que atendam aos objetivos da Lei nº 12.187/2009 e voltadas para induzir a conduta dos agentes privados à observância e execução da PNMC, no âmbito de suas ações e responsabilidades sociais.

Estão corretos os seguintes itens:

- a) I, somente.
- b) I e II, somente.
- c) I e III, somente.
- d) II e III, somente.
- e) I, II e III.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO CIVIL***Paulo Sousa*

21. No que diz respeito ao adimplemento e à extinção das obrigações, assinale a alternativa correta

- a) A substituição do devedor por meio de novação exige o consentimento do devedor substituído.
- b) O devedor não pode condicionar a entrega do pagamento à ausência de quitação formal.
- c) Não é permitido ao credor aceitar prestação diferente daquela originalmente pactuada.
- d) É válido estipular contratualmente o aumento progressivo de prestações periódicas.
- e) A compensação de dívidas é admitida mesmo entre obrigações ilíquidas, não vencidas ou que envolvam coisas infungíveis.

22. Cláudia contratou uma empresa para organizar a festa de casamento de sua filha. O contrato previa, entre outras obrigações, a montagem do salão de festas até às 10h da manhã do dia do evento, marcado para as 19h. No dia da festa, os funcionários da empresa só começaram a montagem às 16h, causando estresse e preocupação à família. Durante a montagem, perceberam que a decoração contratada não seria entregue conforme o combinado: faltavam itens essenciais, e outros não correspondiam às amostras mostradas previamente. Mesmo assim, a festa foi realizada com improvisações feitas pela própria família. Posteriormente, Cláudia buscou judicialmente a revisão do contrato e indenização por danos morais e materiais.

Com base nos princípios contratuais, assinale a alternativa correta:

- a) A força obrigatória do contrato (*pacta sunt servanda*) impede que o contrato seja revisado judicialmente, uma vez que Cláudia consentiu em realizar a festa, mesmo com as falhas.

b) A violação dos deveres anexos de conduta, como cooperação, lealdade e informação, derivados da boa-fé objetiva, pode configurar inadimplemento contratual e gerar o dever de indenizar.

c) Como o contrato foi parcialmente cumprido, não é cabível pleito por danos morais, visto que não houve inadimplemento absoluto.

d) Por se tratar de contrato entre particulares, o princípio da função social do contrato não se aplica, restringindo-se a contratos de natureza pública ou consumerista.

e) Nos contratos consensuais, eventuais falhas só geram efeitos se expressamente pactuadas em cláusula penal ou multa contratual.

23. Com relação aos pressupostos do dever de indenizar na responsabilidade civil, analise as seguintes assertivas

I. O nexo de causalidade consiste na ligação entre a conduta do agente e o dano sofrido pela vítima, sendo dispensável nas hipóteses de responsabilidade objetiva.

II. O ato ilícito pode ser decorrente de abuso de direito, independentemente da presença de culpa.

III. O dano indenizável deve ser certo, atual ou futuro, sendo irrelevante que seja quantificável economicamente.

IV. O elemento da culpa é pressuposto necessário do dever de indenizar, mesmo nos casos de responsabilidade objetiva.

Assinale a alternativa correta

a) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

b) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

c) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

d) Apenas a assertiva II está correta.

e) Todas as assertivas estão corretas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Ricardo Torques*

24. A União ajuizou ação de indenização por danos materiais em desfavor de Antônio, em virtude de acidente de trânsito envolvendo viatura da polícia federal e veículo particular do réu. Devidamente citado, o réu entende que a culpa do acidente foi da União e, na peça contestatória, apresentou também a reconvenção. No caso narrado é correto afirmar que:

- a) A reconvenção não deve ser conhecida, pois deveria ter sido apresentada em peça apartada.
- b) Não é cabível reconvenção em face da União.
- c) A reconvenção não pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro.
- d) O réu poderia ter proposto reconvenção independentemente do oferecimento de contestação.
- e) Eventual desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.

25. De acordo com o Código de Processo Civil, as despesas dos atos processuais praticados a requerimento da Fazenda Pública

- a) serão pagas ao final pelo vencido.
- b) serão adiantadas pelo autor.
- c) não precisam ser pagas.
- d) devem ser custeadas ao final pela fazenda pública.
- e) devem ser adiantadas pela fazenda pública.

26. A União foi condenada ao pagamento de danos morais e materiais a em face de morte de detento em presídio federal. Transitada em julgado a sentença, os autores da ação (filhos do detento), ingressaram com cumprimento de sentença para o recebimento dos valores. De acordo com o código de Processo Civil,

- a) A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e em autos apartados, impugnar a execução.
- b) Havendo pluralidade de exequentes, cada um deverá apresentar o seu próprio demonstrativo dos valores devidos.
- c) A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 3 dias, efetuar o pagamento.
- d) A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 15 dias, efetuar o pagamento.
- e) Quando se alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante do título, cumprirá aos exequentes comprovar que a alegação da União não procede, independentemente da apresentação do valor que entende devido.

27. De acordo com o disposto no Código de Processo Civil, não configura hipótese obrigatória de intervenção do Ministério Público

- a) A fazenda pública como ré.
- b) Interesse de incapaz.
- c) Interesse social.
- d) litígios coletivos pela posse de terra rural.
- e) litígios coletivos pela posse de terra urbana.

28. A citação poderá ser feita em qualquer lugar em que se encontre o réu, o executado ou o interessado. De acordo com o Código de Processo Civil, no entanto, não se fará a citação, salvo para evitar o perecimento do direito:

- a) de qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta ou na linha colateral em segundo grau, no dia do falecimento e nos 10 (dez) dias seguintes.
- b) de noivos, nos 5 (cinco) primeiros dias seguintes ao casamento.
- c) de quem estiver participando de ato de culto religioso.
- d) de doente, enquanto estiver internado.
- e) de militar, enquanto em serviço.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

29. Inclui-se na competência dos juízes federais processar e julgar:

- a) os crimes contra a organização do trabalho e os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar.
- b) os habeas corpus, quando a autoridade coatora for juiz federal, e as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município.
- c) as causas em que a União for interessada na condição de autora, ré, assistente ou oponente, inclusive as de falência e as de acidentes de trabalho, exceto as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.
- d) os mandados de segurança contra ato de juiz federal e as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro.
- e) os mandados de segurança contra ato dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e as causas em que empresa pública federal for interessada na condição de autora ou ré,

inclusive as de falência e as de acidentes de trabalho.

30. Durante fiscalização realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em determinado órgão federal, foram identificadas graves irregularidades em um ato administrativo que autorizou a celebração de contrato para prestação de serviços de tecnologia da informação. O TCU, após notificar o órgão para adoção das providências necessárias ao exato cumprimento da lei, constatou que as irregularidades persistiram. Diante disso, o TCU decidiu sustar a execução do ato administrativo e comunicou sua decisão ao Congresso Nacional. No entanto, quanto ao contrato já firmado, o TCU encaminhou relatório detalhado ao Congresso Nacional, solicitando providências.

Considerando o disposto no artigo 71 da Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- a) O TCU pode sustar, de forma autônoma e definitiva, tanto o ato administrativo quanto o contrato celebrado, sem necessidade de comunicação ao Congresso Nacional.
- b) O TCU pode sustar a execução do ato administrativo impugnado, mas, em relação ao contrato, a sustação deve ser realizada diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará ao Poder Executivo as medidas cabíveis.
- c) O TCU, ao identificar irregularidades, deve apenas recomendar ao órgão a correção dos atos, não podendo adotar medidas de sustação.
- d) O TCU pode sustar diretamente o contrato, mas, caso o Congresso Nacional não adote providências em noventa dias, o ato de sustação será automaticamente convalidado.
- e) O TCU não tem competência para atuar em relação a contratos administrativos, cabendo-lhe apenas fiscalizar atos normativos.

31. Maria e Carlos são vizinhos confrontantes em um bairro residencial e têm problemas frequentes devido ao barulho gerado por uma oficina que Carlos administra em sua propriedade. Sendo uma área predominantemente residencial, Maria está preocupada com a possibilidade de desvalorização do seu imóvel, que é de alto luxo, dada as suas excelentes condições financeiras, além do incômodo diário. Ao conversar com os demais vizinhos, eles informaram que o barulho produzido na oficina não chega a perturbá-los. Decidida a resolver a situação, Maria considera a possibilidade de mover uma ação contra Carlos para cessar as atividades da oficina.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que:

- a) Maria deve procurar um juiz de paz para resolver a questão, pois este tipo de conflito não pode ser judicializado.
- b) Por se tratar de questões relativas a poluição sonora, de interesse difuso, Maria pode recorrer diretamente ao Ministério Público para mover a ação.
- c) Maria precisa de um advogado ou de acesso à Defensoria Pública para ajuizar uma ação de obrigação de fazer ou não fazer.
- d) por se tratar de interesse privado e em razão da situação pessoal de Maria, ela precisa de um advogado para o ajuizamento da ação, não de um Defensor Público;
- e) por dizer respeito ao direito de propriedade, que tem a natureza de direito fundamental, a ação pode ser ajuizada pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública;

32. Considerando as regras constitucionais sobre remoção a pedido e permuta de magistrados, assinale a alternativa correta:

- a) A remoção a pedido de magistrado pode ser concedida sem qualquer análise por parte do órgão colegiado, bastando a solicitação do interessado.
- b) A permuta entre juízes de igual entrância, mesmo que vinculados a tribunais diferentes dentro do

mesmo segmento da Justiça, é possível, desde que sejam respeitados critérios como avaliação de desempenho, tempo de serviço e decisão do órgão colegiado competente.

- c) A permuta só é admitida entre juízes do mesmo tribunal, sendo vedada entre magistrados vinculados a tribunais distintos, ainda que do mesmo segmento da Justiça.
- d) A remoção a pedido de Paula poderá ser concedida para uma comarca vinculada a outro Tribunal, desde que de igual entrância.
- e) Tanto a remoção a pedido quanto a permuta de magistrados são sempre decididas por sorteio, para garantir a imparcialidade do processo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

33. Acerca das penalidades disciplinares, de acordo com o previsto na Lei nº 8.112/1990, assinale a alternativa correta:

- a) a penalidade de demissão somente pode ser aplicada ao servidor que já tenha sido punido anteriormente.
- b) a aplicação da advertência deve vir, obrigatoriamente, acompanhada de multa pecuniária.
- c) tanto a advertência quanto a suspensão são registradas na ficha funcional do servidor, não sendo passível de cancelamento durante o exercício do cargo.
- d) a primeira infração disciplinar cometida por servidor efetivo deve, obrigatoriamente, ser punida com advertência.
- e) a repetição de infrações puníveis com advertência justifica a imposição da penalidade de suspensão.

34. João, servidor público municipal ocupante de cargo efetivo na Secretaria de Obras, contratou uma empresa particular para realizar uma reforma em sua residência. Para acelerar os trabalhos, João determinou que dois operários terceirizados, contratados pelo município para serviços gerais, fossem deslocados de suas atividades normais para auxiliar diretamente na reforma de sua casa, durante o horário de expediente. Além disso, utilizou um caminhão da prefeitura para transportar materiais de construção até o local da obra, por diversas vezes, sem qualquer autorização formal ou pagamento pelo uso do veículo público. À luz da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), a conduta de João configura:

- a) infração administrativa disciplinar punível com advertência, por se tratar de uso indevido de recursos públicos sem dano comprovado ao erário, fato que desconfigura o ato de improbidade.
- b) ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, pela inobservância dos deveres de legalidade e moralidade.
- c) ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, por utilizar bens públicos em proveito pessoal.
- d) ato de improbidade administrativa por enriquecimento ilícito, pois houve uso de bens e serviços públicos em obra particular com vantagem patrimonial indevida.
- e) mera irregularidade administrativa, sem implicações na esfera da improbidade, por não ter havido apropriação direta de recursos financeiros públicos.

35. No âmbito da administração pública federal, foi identificada a celebração de um contrato com empresa privada por meio de contratação direta, sem a devida observância dos requisitos legais. Após apuração, constatou-se que a contratação ocorreu mediante erro grosseiro do agente público responsável, com prejuízo ao erário. Considerando a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), assinale a alternativa correta:

- a) a contratação direta é válida desde que haja autorização da autoridade competente e comprovação da existência de recursos orçamentários, dispensando os demais documentos.
- b) na contratação direta, a análise de riscos e os pareceres técnicos são documentos obrigatórios em todos os casos, independentemente de sua relevância no contexto da contratação.
- c) a formalização de contratação direta exige documentos específicos, e a omissão dolosa, fraudulenta ou resultante de erro grosseiro poderá responsabilizar solidariamente o agente e o contratado pelo dano ao erário.
- d) a ausência de divulgação do ato autorizativo da contratação direta em sítio eletrônico oficial não compromete a legalidade do contrato, tratando-se de medida meramente formal.
- e) a justificativa de preço é documento dispensável no processo de contratação direta, uma vez que não há concorrência entre fornecedores.

36. Lúcia é servidora pública federal e foi designada para integrar comissão de sindicância que irá apurar denúncia contra um servidor do mesmo órgão. Ao analisar os documentos do processo, Lúcia verifica que o investigado é seu amigo de infância, com quem mantém estreito vínculo pessoal até os dias atuais, embora não exista grau de parentesco entre eles. Diante da situação e à luz do que dispõe a Lei nº 9.784/1999, Lúcia

- a) deve declarar-se impedida de atuar no processo, por existir vínculo pessoal direto com o investigado.
- b) se houver indeferimento do pedido de suspeição de Lúcia, caberá recurso sem efeito suspensivo.
- c) está obrigada a se afastar do processo, independentemente de manifestação própria, pois a amizade com o investigado gera impedimento automático.
- d) deve manter-se no processo, pois a legislação só reconhece a suspeição em relação a parentes ou litigantes.
- e) a omissão em declarar a suspeição configura infração disciplinar grave.

DIREITO PENAL

Renan Araujo

37. Acerca da lei penal no tempo e no espaço, assinale a alternativa correta:

- a) De acordo com o entendimento predominante do STJ, se uma nova lei penal trouxer simultaneamente benefícios e prejuízos ao agente, o juiz poderá combinar as leis penais para aplicar retroativamente apenas os aspectos benéficos da nova lei
- b) consideram-se extensão do território nacional as embarcações brasileiras, públicas ou a serviço do governo brasileiro, onde quer que se encontrem
- c) A abolitio criminis faz cessar a execução da pena e todos os demais efeitos da condenação

d) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra o patrimônio ou a fé pública da União, desde que o agente ingresse no território nacional

e) Considera-se praticado o delito apenas no lugar em que praticada a conduta, no todo ou em parte, ainda que outro seja o lugar do resultado

38. Germano, reincidente em razão de condenação anterior por crime de descaminho, foi condenado pela prática do crime de roubo, praticado em desfavor da Caixa Econômica Federal. Durante o julgamento, o Juiz da competente Vara Federal Criminal considerou que Germano era portador de circunstâncias judiciais favoráveis, tendo fixado a pena no mínimo legal, 04 anos de reclusão, além da multa.

Atento ao caso narrado, assinale a alternativa correta:

- a) poderá ser fixado o regime inicial semiaberto, sendo possível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos
- b) poderá ser fixado o regime inicial aberto, sendo possível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos
- c) deverá ser fixado o regime inicial fechado, mas não será possível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos
- d) deverá ser fixado o regime inicial fechado, sendo possível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos
- e) poderá ser fixado o regime inicial semiaberto, mas não será possível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos

39. Daniel, primário e de bons antecedentes, foi abordado por Policiais Rodoviários Federais na cidade de Foz do Iguaçu, logo após ingressar no território nacional vindo do Paraguai. Na oportunidade, os agentes policiais encontraram 600 maços de cigarro que haviam sido trazidos do Paraguai por Daniel, sem que o condutor tivesse autorização legal para a importação. Daniel confessou que havia adquirido os produtos no Paraguai e pretendia revendê-los no Brasil.

Nesse caso, a conduta de Daniel configura:

- a) Contrabando, sendo possível a aplicação do princípio da insignificância
- b) Contrabando, sendo vedada a aplicação do princípio da insignificância, sem majoração
- c) Descaminho, sendo vedada a aplicação do princípio da insignificância
- d) Descaminho, sendo possível a aplicação do princípio da insignificância
- e) Contrabando, majorado por ter sido praticado por meio de transporte terrestre

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

40. Com base no Código de Processo Penal, assinale a alternativa INCORRETA a respeito do inquérito policial.

- a) Nos delitos em que a ação penal pública exigir representação, o inquérito não poderá ser instaurado sem essa manifestação de vontade.
- b) Nos crimes de ação penal privada, a autoridade policial só poderá iniciar investigação mediante solicitação da parte ofendida.
- c) Depois de relatado, o Ministério Público apenas poderá solicitar a devolução dos autos do inquérito policial ao Delegado de Polícia para a realização de diligências indispensáveis à formulação da denúncia.

- d) O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requisitar qualquer diligência, que será realizada a juízo da autoridade.
- e) O inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.

41. Considere as afirmações a seguir sobre acareação, prova documental e medidas de busca e apreensão, e assinale a alternativa correta.

- a) A realização de acareação não é permitida durante a fase de investigação policial.
- b) A acareação entre corréus é proibida, pois violaria o direito constitucional ao silêncio.
- c) Para efeito de prova documental na ação penal, são considerados documentos apenas aqueles escritos ou papéis públicos cuja autenticidade possa ser oficialmente atestada.
- d) Durante a busca e apreensão em domicílio do investigado, não é permitido arrombar portas, pois isso violaria o direito à inviolabilidade do lar.
- e) A busca pessoal em mulher deverá ser realizada por outra mulher, salvo se houver risco de comprometimento ou atraso na diligência.

42. Assinale a alternativa correta no que diz respeito à prisão domiciliar.

- a) Trata-se de uma forma alternativa de execução da prisão preventiva, mas não permite o cômputo para fins de detração penal.
- b) É medida aplicável exclusivamente a mulheres, em razão do elevado índice de encarceramento feminino no país.
- c) Não será concedida nos casos em que a acusada seja reincidente em crime doloso ou quando o delito tenha sido praticado contra o próprio filho.
- d) É possível que o juiz converta a prisão preventiva em domiciliar para um homem condenado por corrupção passiva, desde que ele seja o único responsável pelos cuidados de seu filho de dez anos.
- e) Nos termos do Código de Processo Penal, é admitida a prisão domiciliar para mulher acusada de roubo, desde que seja primária e possua bons antecedentes.

43. Com base no que dispõe o Código de Processo Penal acerca das citações e intimações, assinale a alternativa correta.

- a) A citação por meio de edital acarreta, em qualquer caso, a suspensão do processo, por se tratar de modalidade ficta.
- b) A citação com hora certa somente poderá ser realizada se previamente autorizada por decisão judicial.
- c) No caso de militar, a citação será efetuada mediante requisição encaminhada ao comandante ou chefe da unidade onde ele serve.
- d) A intimação da sentença, na esfera penal, deve ocorrer exclusivamente de forma pessoal.
- e) A citação por edital é feita com o prazo de 15 dias.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

44. Conforme regramento constitucional sobre o princípio da não-surpresa, não faz parte das exceções elencadas pelo legislador constituinte para o princípio da anterioridade nonagesimal:

- a) Majoração de alíquota de Imposto de Importação.
- b) Majoração de alíquota de Imposto de Renda.
- c) Instituição de Empréstimo Compulsório para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública.
- d) Instituição de Impostos Extraordinários de Guerra.
- e) Majoração de alíquota de Imposto sobre Produtos Industrializados.

45. São características do Imposto Seletivo, de Competência da União, conforme previsão dada pela Reforma Tributária, exceto: .

- a) incidirá sobre as exportações e sobre as operações com energia elétrica e com telecomunicações.
- b) incidirá uma única vez sobre o bem ou serviço.
- c) não integrará sua própria base de cálculo.
- d) integrará a base de cálculo do IBS.
- e) poderá ter o mesmo fato gerador e base de cálculo de outros tributos.

46. Assinale a alternativa que apresente corretamente uma característica do IBS – Imposto sobre Bens e Serviços:

- a) Será instituído por meio de Lei Ordinária Federal.
- b) Será instituído por meio de Lei Ordinária Estadual.
- c) integrará sua própria Base de Cálculo.
- d) Lei Complementar definirá sua alíquota de referência, que será aplicada se outra não houver sido estabelecida pelo próprio ente federativo.
- e) Lei complementar poderá definir como sujeito passivo do imposto a pessoa que concorrer para a realização, a execução ou o pagamento da operação, ainda que residente ou domiciliada no exterior.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO*Adriana Menezes*

47. Zeca trabalhou em uma fazenda na zona rural do Município de Alegrete/RS, no período de janeiro de 2001 a setembro de 2022, quando foi demitido por justa causa. Antes desse período, nunca havia contribuído para a previdência social e, quando após sua demissão não tratou de contribuir para o INSS. Em março de 2025, Zeca foi acometido de um mal súbito e teve que se submeter a uma cirurgia de emergência. Teve complicações enquanto estava internado e veio a falecer no dia 30/03/2025, deixando esposa e dois filhos menores de 14 anos.

Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) No período que Zeca trabalhava na fazenda ele não tinha direito de receber salário-família porque este benefício somente é devido ao trabalhador urbano.
- b) Após sua demissão, Zeca manteve sua qualidade de segurado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) por 12 meses, conservando seus direitos perante a previdência social.
- c) Após sua demissão, Zeca manteve sua qualidade de segurado do RGPS por 24 meses, conservando seus direitos perante a previdência social.
- d) Após sua demissão, Zeca manteve sua qualidade de segurado do RGPS por 36 meses, conservando seus direitos perante a previdência social.
- e) Enquanto Zeca permanecia na qualidade de segurado do RGPS, sua esposa e seus filhos eram enquadrados como seus dependentes, desde que comprovada a dependência econômica.

48. Maria Júlia, 55 anos de idade, trabalha como química de uma empresa de cosméticos. Durante seu trabalho, por 25 anos, a segurada é exposta, de forma permanente, não ocasional e nem intermitente, a reagentes químicos que prejudicam sua saúde. Antes de trabalhar na empresa de cosméticos, trabalhou em uma instituição financeira por 10 anos, seu primeiro emprego.

Diante da situação hipotética e considerando as regras vigentes na legislação previdenciária, é correto afirmar que

- a) Maria Júlia não tem direito à aposentadoria especial por não possuir a idade mínima exigida por lei.
- b) Maria Júlia não tem direito à aposentadoria especial por não possuir o tempo de contribuição exigido por lei.
- c) Maria Júlia tem direito à aposentadoria especial com renda mensal inicial correspondente a 100% da média aritmética simples dos salários de contribuição correspondentes a 100% do período contributivo, desde a competência julho de 1994 ou desde o início das contribuições, se posterior àquela competência.
- d) Maria Júlia não tem direito à aposentadoria especial porque este benefício somente é devido ao segurado que ficar exposto a agentes físicos ou biológicos prejudiciais à saúde.
- e) Maria Júlia não tem direito à aposentadoria especial, mas poderá se aposentar por incapacidade permanente quando completar 60 anos de idade.

49. A seguridade social é um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos à saúde, à previdência e à assistência social. No que concerne à assistência social, é correto afirmar que
- a) A assistência social tem caráter universal, é prestada independentemente de contribuição à seguridade social e dentre seus objetivos estão a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza.
 - b) As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas exclusivamente com recursos do orçamento da seguridade social, provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das contribuições sociais instituídas pela União que financiam a seguridade social, a exemplo da contribuição social sobre o lucro.
 - c) O benefício de prestação continuada – BPC-LOAS é devido à pessoa idosa com 65 anos de idade ou mais e à pessoa com deficiência que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. A pessoa com deficiência, para fins de concessão desse benefício, é conceituada como aquela que tem impedimento de médio ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
 - d) O BPC-LOAS poderá ser concedido à pessoa idosa e à pessoa com deficiência, mesmo que estas não residam com a família, estando abrigadas em instituições de longa permanência como asilos e orfanatos.
 - e) Para a concessão do BPC-LOAS é exigido do requerente o registro biométrico nos cadastros da Carteira de Identidade Nacional (CIN), do título eleitoral ou da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), nos termos de ato conjunto dos órgãos
- competentes, não sendo aceito apenas o registro do seu representante legal.
50. No que diz respeito aos regimes próprios de previdência social (RPPS), seus benefícios e sua forma de custeio, assinale a alternativa que traz a informação correta.
- a) Os Regimes Próprios de Previdência Social dos servidores públicos titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, têm caráter contributivo e solidário e são financiados com a contribuição do respectivo ente federativo, do servidor ativo, do aposentado e do pensionista.
 - b) O servidor público amparado por regime próprio de previdência social será aposentado por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando considerado insuscetível de readaptação. Deverá esse servidor se submeter à avaliação periódica a fim de verificar se as condições que ensejaram sua aposentadoria permanecem, conforme o disposto em lei complementar federal.
 - c) Os critérios para a aposentadoria voluntária do servidor público federal abrangido por RPPS devem constar na Constituição Federal e qualquer alteração que se proponha terá que ser feita por meio de Emenda Constitucional.
 - d) Poderá cada ente federativo estabelecer, por meio de lei, idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de seus servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde ou à integridade física, ou associação desses agentes.
 - e) É vedado ao servidor público receber mais de uma aposentadoria a cargo de regime próprio de previdência social e, por derivação, é vedada a concessão de mais de uma pensão por morte deixada pelo servidor.

Discursiva

Determinada Lei estadual, cuja iniciativa foi do Poder Legislativo, impôs aos órgãos integrantes da administração pública direta e indireta do estado a obrigação de divulgar na imprensa oficial e na Internet os dados básicos relativos a contratos de obras públicas nas rodovias estaduais e criou o Conselho de Comunicação Social do estado, destinado a orientar seus órgãos de comunicação. A lei previu a participação de representantes de entidades da sociedade civil e de órgãos do poder público na composição desse conselho.

Considerando a situação hipotética apresentada e as regras relacionadas ao processo legislativo e à distribuição de competência entre os entes da Federação, disserte sobre a constitucionalidade da lei editada, abordando, à luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e da jurisprudência do Supremo Tribunal federal (STF), os seguintes aspectos:

- a) A repartição da competência legislativa entre a União e os estados membros, conforme a CF e a doutrina;
- b) A competência da União para editar normas gerais sobre licitação e contratação;
- c) O vício de iniciativa no processo legislativo.

Obs.: o serviço de correção da redação (aspectos linguísticos) pode ser adquirido no link abaixo:

[Correção de Redação](#)

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
